

Mapeamento dos processos de reinserção socioeconômica de imigrantes Venezuelanos no Brasil

Fernanda Infante de Castro Thompson (PUC-Rio)
fefefict@gmail.com

Luiza Ribeiro Alves Cunha (PUC-Rio)
luizarac@gmail.com

Adriana Leiras (PUC-Rio)
adrianaleiras@puc-rio.br



O aumento do fluxo de imigrantes venezuelanos para o Brasil a partir de 2017 trouxe um cenário de grande população flutuante para a região Norte do país, em especial para Roraima. A criação da Operação Acolhida como medida de auxílio à região mostra-se essencial para a absorção dessas pessoas, e conta com três pilares: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização. Nesse contexto, iniciativas como a da ONG Refúgio 343, que possibilita a reinserção socioeconômica desses migrantes em outros estados do país, são imprescindíveis ao sucesso da operação. Este artigo mapeia os processos realizados pela ONG Refúgio 343 e compara com casos presentes na literatura atual. A pesquisa contribui para a literatura de pesquisa aplicada sobre mapeamento de processos em contextos humanitários e para o aprimoramento das medidas de integração de migrantes em diferentes países, assunto pouco explorado atualmente.

Palavras-chave: Estudo de Caso, Mapeamento de Processos, Movimento Migratório, Operação Acolhida.

1. Introdução

Os movimentos migratórios são decorrentes do deslocamento de pessoas em busca de melhores condições de vida, maior segurança e mais oportunidades, muitas vezes, fugindo de fatores como violência e crises econômicas (NARGUREY et al., 2020). Nos últimos anos têm se observado um aumento contínuo no número de pessoas deslocadas no mundo, chegando em 2019 a representar 3,5% da população global (IOM, 2020). Tal cenário configura-se uma crise migratória que demanda dos governos cada vez maior atenção às suas fronteiras e as políticas de recepção de imigrantes.

O fluxo migratório venezuelano atualmente representa o segundo maior em escala mundial (somente atrás do sírio), gerando mais de 5 milhões de refugiados e migrantes ao redor do mundo (ACNUR BRASIL, 2020) como resultado da crise social, econômica e política da Venezuela. Nesse contexto, a migração venezuelana se tornou uma questão urgente no contexto Latino-americano.

A partir de meados de 2017, houve um forte aumento no fluxo de venezuelanos para o Brasil e, desde então, centenas de pessoas continuam a cruzar a fronteira todos os dias. A criação da Operação Acolhida em 2018, pelo Governo Federal, foi determinante para ajudar o estado de Roraima a lidar com tal fluxo (ACNUR BRASIL, 2019), com operações na cidade de Pacaraima (fronteira com a Venezuela), de Boa Vista (capital de Roraima) e, posteriormente, em Manaus (capital do estado do Amazonas). A Operação é organizada em três frentes: ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização. Para isso, foram criados centros de registro e documentação, abrigos para requerentes de refúgio e residência temporária e implementadas iniciativas de interiorização voluntária (AZEVEDO et al., 2020).

Dentre as frentes da operação, aquela de maior relevância no longo prazo é a que tem como meta promover a interiorização desses migrantes no território brasileiro. Enquanto medidas que visam a recuperação após uma crise humanitária muitas vezes não têm sua importância reconhecida (LEIRAS, et al., 2014), a redução dessa população flutuante na região da divisa é do interesse do país receptor. Através da implementação de incentivos, o país receptor de grande fluxo migratório deve integrar esses migrantes na sociedade, buscando maior bem-estar socioeconômico (NARGUREY et al, 2020).

Projetos humanitários não governamentais vêm contribuindo essencialmente na reinserção socioeconômica dos venezuelanos no Brasil (RODRÍGUEZ-MORALES et al., 2020), como o caso do Refúgio 343, uma organização humanitária focada especificamente nesse tipo de reinserção. Neste contexto, esta pesquisa visa analisar o processo de interiorização promovido

pela organização não governamental (ONG) Refúgio 343 e a integração socioeconômica dos venezuelanos interiorizados. A pesquisa contribui para preencher um gap de pesquisas sobre o processo de interiorização de refugiados no Brasil, considerado assunto de extrema relevância dado o elevado número de migrantes. A fim de atingir o objetivo principal da pesquisa, dois objetivos específicos são definidos: (i) mapear o processo de interiorização realizado pela ONG; (ii) comparar esse processo com os identificados na literatura.

2. Fundamentação teórica

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) estabelece que o processo de interiorização ocorra a partir do contato de entidades sociais que tenham interesse em receber refugiados venezuelanos, que então podem vir a se candidatar a participar do processo (ACNUR BRASIL, 2021). Porém, não há consenso na literatura científica sobre o termo para abranger casos semelhantes de esforço governamental (ou de outra entidade) para alterar o destino final do fluxo de refugiados, sendo usado apenas para o caso de venezuelanos no Brasil. O fluxo Sírio, por exemplo, causou uma crise na União Europeia (ACNUR, 2015). Em especial, Grécia e Itália foram afetados de maneira desproporcional pela sua localização geográfica em relação ao mediterrâneo. Houve a necessidade de uma intervenção por parte da União Europeia, que estabeleceu um programa com a intenção de distribuir esse fluxo a outros países membros, através de uma lei proposta pelo parlamento que definia uma cota proporcional a capacidade de cada nação de absorver essas pessoas em suas sociedades. O caso é, portanto, um exemplo de interiorização.

Outros fluxos migratórios na Europa levaram a formação de bolhas culturais, fazendo com que países como o Reino Unido, Holanda e Suécia tomassem medidas de dispersão, muitas vezes criticadas pela falta de incentivos na absorção dessa população e liberdade de decisão por parte das pessoas que eram deslocadas (ANDERSSON, 2003).

Há ainda a questão da decisão do destino final dos refugiados e qual o papel das entidades apoiadoras nele. Enquanto nos Estados Unidos a decisão de para qual estado o imigrante irá se destinar é tomada antes que ele entre no país (MCDONALD-WILMSEN et al., 2008), no caso dos venezuelanos no Brasil, sua transição ocorre majoritariamente pela fronteira terrestre, o que determina o primeiro local de chegada no país. Em países, como Canadá (MCDONALD-WILMSEN et al., 2008) e Turquia (GÖKSEL, 2017), as preferências dos migrantes em relação a cidade de destino não é respeitada. Situações que não consideram essas preferências, entretanto, têm como consequência uma migração secundária dentro do país (SIMICH et al., 2002).

Quando o Acolhido não se adapta a comunidade que o acolheu e se muda, ou quando decide se mudar depois do período de assistência realizada pela ONG Refúgio, não há como acompanhar para onde os venezuelanos estão indo, caso semelhante ao americano, em que o governo federal não possui poder para controlar tais mudanças (ZAVODNY,1999).

3. Metodologia

Para modelar os processos desenvolvidos pela ONG Refúgio 343, este artigo aplica a metodologia de estudo de caso proposta por Yin (2013), que é composta por seis passos: plano, projeto, preparação, coleta, análise e compartilhamento.

O plano aborda a pertinência do caso – relevância da organização humanitária como agente de interiorização de migrantes no território brasileiro. O projeto define os objetivos da pesquisa, apresentados na Introdução. A preparação consiste na elaboração do protocolo de pesquisa contendo as principais perguntas para guiar entrevistas semiestruturadas. O objetivo das entrevistas é entender como se dá o processo de interiorização realizado pela ONG. A principal pergunta da entrevista é *“quais são as etapas da atuação do Refúgio e como se dá a interiorização promovida pela ONG?”*.

A coleta de dados ocorreu a partir de entrevistas conduzidas com o coordenador de interiorização da ONG, documentos disponíveis ao público e documentos fornecidos pela própria organização. Dessa forma, a partir da coleta de dados por diferentes fontes é garantida a triangulação dos dados, assegurando um estudo de caso robusto e não tendencioso (VOSS et al., 2002).

A análise considera a construção de explanação, cujo objetivo é “explicar um fenômeno, estipulando um conjunto de elos causais em relação a ele” (YIN, 2013). A partir das entrevistas realizadas são construídos elos causais que buscam identificar a relação entre as características da interiorização e seus efeitos.

A publicação desse artigo representa a etapa de compartilhamento dos resultados.

4. Estudo de Caso

O processo de interiorização, um dos pilares da Operação Acolhida, tem como proposta a assimilação e integração de imigrantes venezuelanos no território brasileiro para promover melhores condições de vida e evitar o comprometimento de alguma região. Os venezuelanos

escolhem se querem participar do programa e são então registrados para poderem trabalhar em seu lugar de destino (TUZUN, 2018).

A logística da interiorização se dá com o apoio da Força-Tarefa criada para auxiliar a região de Roraima, que conta com integrantes das Forças Armadas, OIM, ACNUR, Polícia Federal, da Receita Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho (OCHSENDORFE, 2019).

As modalidades de interiorização da Operação Acolhida se distinguem, principalmente, pelo tipo de acolhedor, sendo: (i) abrigo- abrigo; (ii) reunião familiar; (iii) reunião social; (iv) Vaga de Emprego (VES); e (v) sociedade civil. O tipo mais comum de interiorização realizada pelo Refúgio 343 é o chamado interiorização por Pessoa Física (PF), que consiste em unir a família beneficiária que quer ser interiorizada a cidadãos brasileiros que agem como acolhedores voluntários e se responsabilizam por assistir à chegada e reinserção socioeconômica dessas pessoas. A ONG realiza também a reunião familiar, em que um venezuelano demonstra interesse em receber um amigo ou familiar. Nesse momento, cabe a ONG avaliar sua situação financeira, de trabalho e moradia para recomendar e determinar se são condizentes a acolher uma família. Na modalidade VES já existe uma proposta de emprego de uma empresa que entra em contato com a ONG em busca de mão de obra. Vale ressaltar que deve haver a figura do Acolhedor, responsável por assegurar o cumprimento das outras exigências do Refúgio. As diretrizes dessa interiorização levam em consideração as responsabilidades do Refúgio 343, do Acolhido (que é o beneficiário que está viajando), e do Acolhedor (voluntário que recebe o Acolhido), que se baseiam em pilares de emprego, educação e saúde, a partir dos quais o Acolhido deve conquistar sua independência.

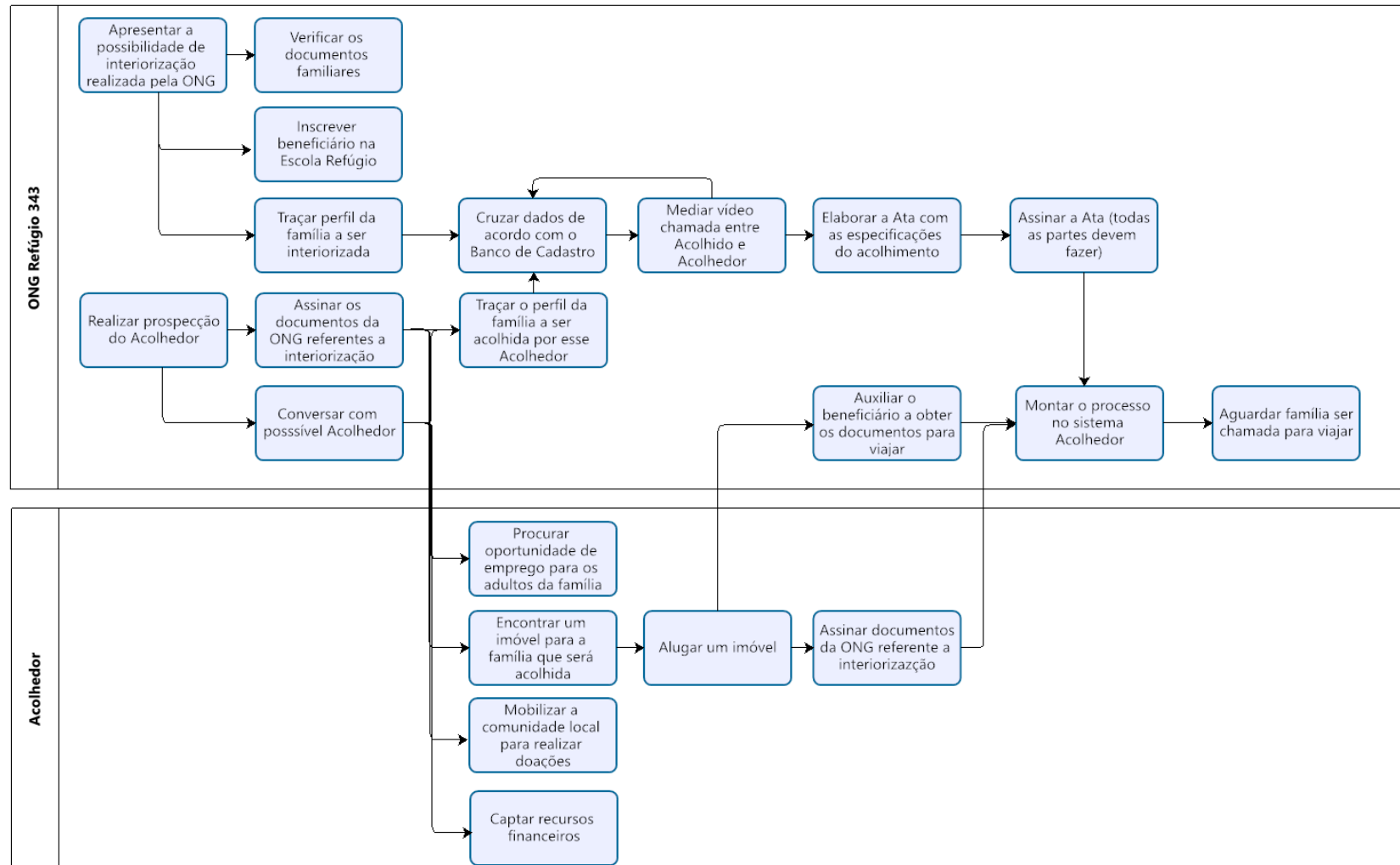
4.1 Resultados

O processo de interiorização por PF da ONG Refúgio é dividido em duas fases: pré-interiorização (Figura 1) e pós-interiorização (Figura 2). A pré-interiorização acontece enquanto o beneficiário ainda se encontra em Roraima e compõe as ações necessárias para a preparação logística, a fim de concretizar a locomoção dos venezuelanos a outros estados da Federação. A pós-interiorização ocorre na cidade destino do Acolhido e diz respeito a sua integração na sociedade e economia da região. Após a chegada da família, as partes devem cumprir com suas responsabilidades assumidas durante o processo de planejamento da interiorização para que esta conquiste sua independência financeira.

A apresentação da organização como agente de interiorização ao venezuelano recém-chegado ao Brasil acontece nos escritórios no Posto de Interiorização e Triagem e em um dos abrigos. Nesse momento há a possibilidade da pessoa se inscrever para participar do processo, que é voluntário e, portanto, não é obrigação do Acolhedor ou do Refúgio 343 proporcionar o retorno do Acolhido a Boa Vista ou mesmo a Venezuela, após ocorrida a interiorização. A partir da inscrição, os venezuelanos só estarão aptos a prosseguir no processo mediante consentimento da equipe psicológica. Há também a verificação da documentação, uma vez que processos de emissão de documentos faltantes podem ser realizados no Posto de Triagem.

Com isso, há a inscrição do beneficiário na Escola Refúgio, iniciativa da ONG que oferece diferentes cursos de formação aos venezuelanos que aguardam a interiorização. O curso inclui aulas de português e adaptação cultural e dura, em média, quatro semanas, havendo a possibilidade de intensivo caso a família precise ser interiorizada com mais urgência. A Escola conta ainda com capacitações técnicas, como cursos de informática, maquiagem, empreendedorismo, de forma a ampliar possibilidades de emprego para essas pessoas.

Figura 1 - Fluxograma Interiorização – PF: Pré-interiorização



A Escola Refúgio também é responsável por atrair os venezuelanos para a possibilidade de interiorização, além de criar uma base de dados a partir da inscrição na Escola.

Em paralelo, ocorre a prospecção do Acolhedor, que pode se dar através de comunicação entre os envolvidos ou através das mídias sociais, por meio do time de voluntários da ONG. O Acolhedor será o principal facilitador no processo de inserção socioeconômica do beneficiário, atuando nas frentes de operação da ONG: educação, emprego e saúde. Ao prospectar um Acolhedor, o Refúgio 343 apresenta as diretrizes do acolhimento, esclarece dúvidas e envia o Termo de Acolhimento - a ser assinado futuramente.

O Acolhedor deve começar, então, os preparativos para receber o Acolhido. Por ser uma tarefa que envolve muitas frentes de atuação, é aconselhada a formação de uma rede de pessoas com o objetivo de: buscar oportunidades de emprego para os adultos acolhidos a partir do currículo disponibilizado; definir o imóvel que será alugado. Recomenda-se que o preço do aluguel seja em torno de R\$700,00, que o imóvel já seja alugado pelos primeiros seis meses e que o proprietário já seja avisado de que, após esse período de tempo, a família acolhida terá interesse em se tornar novo inquilino. A equipe acolhedora deve ainda captar doações de roupas, móveis e utensílios domésticos; além de fazer um plano financeiro baseado no valor do aluguel, custos da casa e de despesas da família e, se necessário, ativar recursos de captação financeira, através de *crowdfunding*, bazares etc.

É traçado, então, o perfil da família que o Acolhedor poderá receber e feito o cruzamento de informações com as dos beneficiários à espera da interiorização. Em seguida, é proposta uma conversa virtual entre o Acolhedor e a família que será acolhida, mediada pela ONG. Nesse momento, há a possibilidade de que as partes verifiquem algum empecilho para que a interiorização continue e, então, esses perfis retornam ao banco de dados.

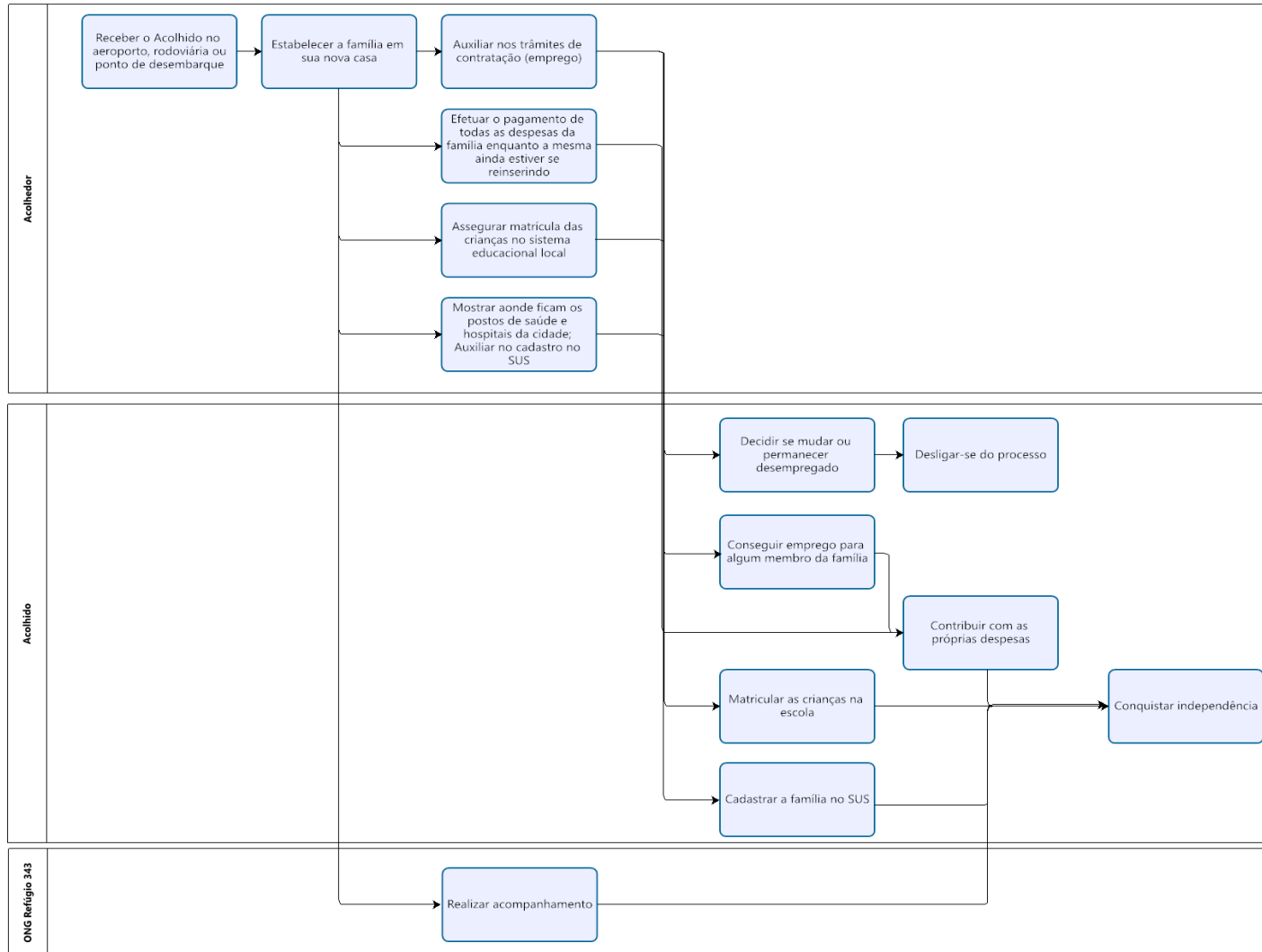
Caso as partes decidam prosseguir com a interiorização, é definida uma ata com as responsabilidades de cada parte. Algumas questões são iguais para todos os processos de interiorização, enquanto outros são particularidades de cada um. Essas individualidades também são registradas, e o documento é assinado por todos. Para que possa ser dada continuidade ao processo, é preciso que já haja um imóvel alugado ou com data prevista para ser alugado, e o Acolhedor estar em dia com a parte burocrática da interiorização, que consiste na assinatura do Termo de Acolhimento, da Ata da Videochamada e o Termo de Compromisso do Subcomitê Federal de Interiorização (ou de Voluntariado), exigido pelas Forças Armadas.

Enquanto isso, a família que será interiorizada deve assegurar-se de que está em posse de seus documentos e que eles estão em dia, pois sem eles não é possível a inscrição no Sistema Acolhedor da Operação Acolhida, responsável por emitir as passagens.

A família deve estar preparada para realizar a viagem, que pode ser avisada com curta antecedência. O Refúgio é responsável por assegurar que os beneficiários possuam meios de chegar aos seus acolhedores, informando a Operação Acolhida se há a necessidade de deslocamento entre aeroporto e rodoviária no destino final e que o Acolhedor pode receber a família e realizar o deslocamento até onde ela irá residir.

Com a chegada do Acolhido, se iniciam as responsabilidades da pós interiorização, mapeadas na Figura 2. Para o Acolhedor, essa são: auxiliar com a contratação, levando em consideração a barreira linguística e uma possível dificuldade em entender contratos, adquirir documentação necessária e abrir conta salário; mostrar aonde se localizam hospitais e clínicas da saúde, orientar sobre seu funcionamento e encaminhar possíveis tratamentos de condições pré-existentes; auxiliar com questões referentes a matrícula de crianças na escola e arcar com custo de material escolar, uniforme e logística de transporte e gerenciar o dinheiro captado pelo grupo na fase pré-interiorização, além de orientar os adultos quanto a administração de suas finanças. O Acolhedor deve arcar com todos os custos nos primeiros três meses após interiorização, e com custos de aluguel pelos primeiros seis meses.

Figura 2 – Fluxograma Interiorização - PF: Pós-interiorização



O Acolhido tem a responsabilidade de matricular seus filhos na escola e garantir a assiduidade; buscar emprego, comparecer a entrevistas e não faltar sem justificativa; estudar a língua portuguesa; inscrever todos os membros da família no SUS e dar continuidade a possíveis tratamentos; se responsabilizar pela higiene e manutenção da moradia; não desperdiçar água ou energia e arcar com todas as despesas a partir do primeiro salário.

A partir da chegada, acontece o início do processo de acompanhamento por parte da ONG. As diretrizes de ação afirmam que é responsabilidade da organização acompanhar se o Acolhido e o Acolhedor estão cumprindo suas responsabilidades por meio de ligação uma vez por mês nos primeiros três meses.

Uma vez que a família acolhida tenha pelo menos um adulto empregado e passado do período de experiência, a renda familiar for compatível com o custo de vida, estiver assegurado em relação a saúde e com todas as crianças matriculadas na escola, é considerado que o Acolhido atingiu independência, que é o objetivo principal da atuação do Refúgio. O final do processo é marcado pela emissão do Certificado de Independência, que celebra o momento da conquista da independência financeira e integração social. A partir desse momento, cessam as responsabilidades das partes.

Há a possibilidade de que, durante o processo pós interiorização, a família decida se mudar para outra cidade, por fatores como dificuldade de encontrar emprego ou arcar com os custos de vida na região em que foi interiorizada. Nesse caso, ou se após os seis meses da interiorização a família ainda não estar empregada, ocorre o Termo de Desligamento, reconhecendo que as responsabilidades do Acolhedor não estão mais em vigor.

O acolhimento realizado pela categoria reunião familiar ou reunificação social é uma extensão do processo por PF, em que o Acolhido que conquistou independência passa a ser Acolhedor de algum conhecido ou familiar vindo da Venezuela. Para que o Refúgio realize o processo, esta deve julgar que o venezuelano que será Acolhedor conquistou independência financeira e está integrado a sociedade em que se encontra, devendo apresentar comprovante de residência em seu nome e contrato de aluguel da moradia do Acolhido.

O acolhimento realizado pela categoria vaga de emprego (Figura 3) ocorre a partir do contato da empresa com a ONG em busca de mão de obra. O Refúgio 343 explica, então, a empresa as diretrizes de interiorização e o dever de auxiliar o beneficiário contratado durante o período de reinserção social. A empresa apresenta um cronograma de contratação a ser aprovado pela ONG, que leva em conta o calendário de atividades e o perfil da vaga. A partir disso, é realizado o cruzamento de dados dos venezuelanos com os da vaga.

A ONG auxilia na preparação para a entrevista de emprego. Pode haver ainda uma segunda fase, de videochamada com um funcionário da empresa que tem o papel de Acolhedor. Nela, é elaborada a Ata de Acolhimento, depois assinada pelas partes. A partir disso, ocorre a assinatura dos documentos referentes a interiorização pelo Acolhedor, que nesse caso é a empresa, e a ONG auxilia o beneficiário a obter os documentos necessários para viajar.

A partir do momento em que o beneficiário chega na cidade de destino, é recebido no ponto de desembarque e levado até sua nova residência. A fase pós interiorização da categoria VES se distingue da categoria PF uma vez que o beneficiário, que são na sua maioria adultos desacompanhados, já estão empregados e, conseqüentemente, já podem utilizar seu salário para seu sustento. Além disso, no caso de desligamento, há a necessidade de aviso prévio ao empregador. Ainda assim, a ONG realiza o acompanhamento até que o beneficiário conquiste sua independência, celebrada pelo certificado. Depois desse momento, muitos decidem trazer seus familiares para sua cidade destino.

4.1 Discussões

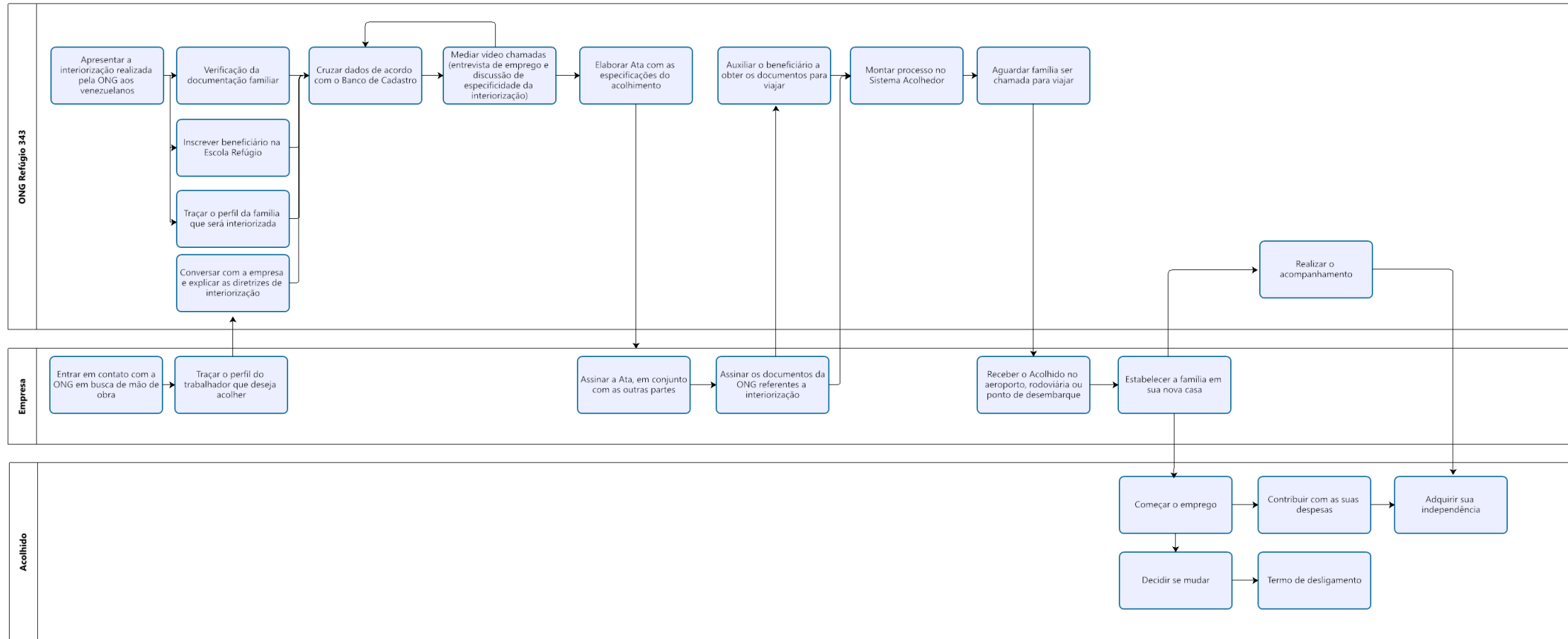
O grande contingente de imigrantes venezuelanos nos estados fronteiriços se dá como consequência de um êxodo cujo trajeto ocorre por vias terrestre, em sua maioria a pé. Diferentemente do processo descrito por McDonald-Wilmsen (2008) em que a região de destino final é decidida antes da entrada no país, no caso dos venezuelanos a possibilidade de deslocar-se para outra região lhes é oferecida após a entrada no Brasil.

Enquanto a formação das bolhas culturais descritas por Andersson (2003) não é uma preocupação específica da ONG Refúgio 343, são tomados cuidados em relação a reinserção em novas regiões de um grande grupo de venezuelanos. Caso uma região receba muitas famílias, a ONG estabelece contato com a prefeitura de forma a se colocar à disposição para tomar medidas que venham a ampliar a inserção socioeconômica dessas pessoas.

O objetivo de que o venezuelano esteja empregado para que a integração possa ser considerada bem-sucedida corrobora Rinne (2012), que argumenta que este é o principal fator de sucesso a longo prazo de políticas de integração implementadas em diferentes regiões do mundo.

Ademais, a iniciativa da ONG Refúgio 343 se assemelha a proposta governamental para ser implementada em 2021 nos países baixos, como retrata Ghebreab et al. (2019), que fornece a municípios orçamentos mais elevados para que seja possível construir um plano de integração social específico para cada imigrante, a ser fomentada por um “intenso programa de 28 a 32 horas de aulas de língua e orientação no mercado de trabalho”.

Figura 3 - Fluxograma Interiorização – VES



6. Conclusão

Este artigo mapeia o processo de interiorização de venezuelanos em território brasileiro e analisa a integração socioeconômica dos venezuelanos interiorizados pela ONG Refúgio 343. A ONG participa do processo de interiorização do venezuelano, instruindo e acompanhando beneficiário e Acolhedor. Além disso, o caráter voluntário da interiorização e constante preocupação com o bem-estar do venezuelano durante todas as etapas do processo se distinguem de outros processos registrados na literatura, que afirma diversos casos de refugiados e imigrantes sem poder de decisão em relação ao local em que seria alocado dentro do país. O trabalho realizado pela ONG reflete a importância de incentivos a iniciativas desse tipo, não apenas no cenário brasileiro, mas também em outros países que percebem um aumento de fluxo de migrantes em uma determinada região. O envolvimento da sociedade civil como auxiliares do processo reflete o potencial de organizações como o Refúgio 343 ampliarem sua atuação.

Propostas de melhorias no processo realizado pela ONG incluem um maior monitoramento das cidades onde os venezuelanos são interiorizados para evitar a criação de bairros culturais, assim como maior monitoramento de futuras mudanças dessas famílias para entender também as principais causas dos casos de desligamento. Sugere-se então a integração efetiva com prefeituras dos locais onde os venezuelanos são interiorizados. Como futuras pesquisas, é essencial aprofundar a análise sobre a prospecção dos voluntários Acolhedores, além dos impactos da Escola Refúgio na reinserção desses migrantes.

7. Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio do CNPq e da ONG Refúgio 343.

REFERÊNCIAS

- ACNUR BRASIL. **Acnur pede nova postura da Europa frente à crise de refugiados**, 2015. Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/2015/09/17/acnur-pede-nova-postura-da-europa-frente-a-crise-de-refugiados/>>. Acesso em: 27 mar 2021
- ACNUR BRASIL. **Programa de Interiorização**. Disponível em: <<https://help.unhcr.org/brazil/programa-de-interiorizacao/>>. Acesso em: 21 mar. 2021
- ACNUR BRASIL. **Venezuela**. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>> . Acesso em: 25 set. 2020.

ACNUR BRASIL. **Venezuelan migration in Brasil: socio-economic and vulnerability profiling of persons of concern in Pacaraima, Boa Vista and Manaus**, 2019. Disponível em

<<https://reliefweb.int/report/brazil/venezuelan-migration-brazil-socio-economic-and-vulnerability-profiling-persons-concern>> . Acesso em: 25 set. 2020.

ANDERSSON, Roger. Settlement dispersal of immigrants and refugees in Europe: Policy and outcomes. National **Metropolis Conference in Edmonton**, 6, 20-24 mar 2003.

AZEVEDO, Alan; FERREIRA, Lucas. **Registro do ACNUR alcança 134 mil refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil**, ACNUR BRASIL, 2020. Disponível em:

<<https://www.acnur.org/portugues/2020/08/11/registro-do-acnur-alcanca-134-mil-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-brasil/>>. Acesso em: 25 set. 2020.

GHEBREAB, Sennay; WAAL, Tamar de; SCHOLTEN, Nikki. Civic integration as a key pillar in societal resilience for newcomers. **Foundation Civic**, 2019.

GÖKSEL, Gülay U. Cohesion/Integration Policies: An Analysis on Concepts and Terminology. Internalization and/or Examination of Refugees in the Framework of Integration and Border Policies Meeting Notes, p. 19-21, 2017. Disponível em:< : <http://www.multeci.org.tr/yayinlar/attachment/internalization-and-or-externalization-of-refugees-in-the-framework-of-integration-and-border-policies-meeting-notes/>>

<<http://www.multeci.org.tr/yayinlar/attachment/internalization-and-or-externalization-of-refugees-in-the-framework-of-integration-and-border-policies-meeting-notes/>>

IOM - INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **Key migration terms**. Disponível em:
<<https://www.iom.int/key-migration-terms>>. Acesso em: 25 set. 2020.

LEIRAS, Adriana; DE BRITO JR, Irineu; PERES, Eduardo Quiroz; BERTAZZO, Tábata Rejane; YOSHIZAKI, Hugo Tsugunobu Yoshida. Literature review of humanitarian logistics research: trends and challenges. **Journal of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management**, 2014.

MCDONALD-WILMSEN, Brooke; GIFFORD, Sandra M.; WEBSTER, Kim; WISEMAN, John; CASEY, Sue. Refugee Resettlement in Regional and Rural Victoria: Impacts and Policy Issues. **Victorian Health Promotion Foundation**, 2008.

NARGUREY, Anna; DANIELE, Patrizia; CAPPELLO, Giorgia. Human migration networks and policy interventions: bringing population distributions in line with system optimization. **International Transactions in Operational Research**, 2020.

OCHSENDORFE, Wiliam Rodrigues. O indispensável apoio das Forças Armadas às atividades de acolhimento e interiorização de imigrantes na Operação Acolhida. **Revista do Exército Brasileiro**, v.155.3, p.93-101, 2019.

RINNE, Ulf. The Evaluation of Immigration Policies. **International Handbook on the Economics of Migration**, 2012.

RODRÍGUEZ-MORALES, Alfonso; SUÁREZ, José; RISQUEZ, Alejandro; VILLAMIL-GÓMEZ, Wilmar; PANIZ-MONDOLFI, Alberto. Consequences of Venezuela's massive migration crisis on imported malaria in Colombia, 2016-2018. **Travel medicine and infectious disease**, 28, 98, 2019.

SIMICH, Laura; BEISER, Morton; MAWANI, Farah. Paved with Good Intentions: Canada's Refugee Destining Policy and Paths of Secondary Migration. **Canadian Public Policy**, v.28, n.4, p.597-607, 2002.

TUZUN, Lilian M. T. An Investigation of the Strategy of Interiorization of the Venezuelans Refugees in Brazil. **International Journal of Society Researches**, v.8, n.15, 2018.

VOSS, Chris; TSIKRIKTSIS, Nikos, FROHLICH, Mark. Case research in operations management. **International Journal of Operations & Production Management**, v.22, n.2, p.195-219. 2002.

YIN, Robert K. Validity and generalization in future case study evaluations. **Evaluation**, v. 19, n. 3, p. 321-332, 2013.

ZAVODNY, Madeline. Determinants of Recent Immigrants' Locational Choices. **Sage Journals**, v.33, n.4, 1999.